

FUNDAÇÃO COUTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 500928975
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 569 498,81	5 655 097,58
Investimentos financeiros	12.1	2 792,68	1 825,29
		5 572 291,49	5 656 922,87
Ativo corrente			
Inventários	7	10 747,08	3 806,98
Créditos a receber	12.2	23 472,54	16 155,14
Estado e outros entes públicos	12.8	3 296,71	27 252,71
Diferimentos	12.3	4 655,54	1 131,83
Outros ativos correntes	12.4	55 906,88	51 790,39
Caixa e depósitos bancários	12.5	2 027 059,34	2 012 788,23
		2 125 138,09	2 112 925,28
Total do ativo		7 697 429,58	7 769 848,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	1 113 185,53	1 113 185,53
Resultados transitados	12.6	5 412 081,22	3 520 005,92
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	652 257,32	653 509,55
		7 177 524,07	5 286 701,00
Resultado líquido do período		-11 475,24	1 892 075,30
Total dos fundos patrimoniais		7 166 048,83	7 178 776,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	201 338,09	222 755,85
		201 338,09	222 755,85
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	41 662,01	55 169,38
Estado e outros entes públicos	12.8	29 683,45	63 740,37
Financiamentos obtidos	6	24 897,02	28 994,28
Diferimentos	12.3	38 421,01	21 135,56
Outros passivos correntes	12.9	195 379,17	199 276,41
		330 042,66	368 316,00
Total do passivo		531 380,75	591 071,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 697 429,58	7 769 848,15

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELO CONSELHO EXECUTIVO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	8	1 021 361,48	946 119,36
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.10	659 834,15	653 663,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-101 653,62	-106 650,57
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-341 578,81	-338 052,46
Gastos com o pessoal	10	-1 162 657,21	-1 139 479,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.12	-3 103,98	29 050,00
Outros rendimentos	8 e 12.13	35 917,32	2 017 439,20
Outros gastos	12.14	-21 200,86	-73 525,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86 918,47	1 988 563,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-93 446,79	-90 940,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6 528,32	1 897 623,58
Juros e gastos similares suportados	6 e 12.15	-4 946,92	-5 548,28
Resultados antes de impostos		-11 475,24	1 892 075,30
Resultado líquido do período		-11 475,24	1 892 075,30

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELO CONSELHO EXECUTIVO

FUNDAÇÃO COUTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500928975

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS										PERÍODOS	
	Creche	Pre-escolar	CATL	Sala Atividades Sócio-Educativas 2 e 3	Sala Atividades Sócio-Educativas 1	Arrendamento	Transporte de Utentes	Centro Desportivo	Atividades Conexas Reembolsáveis	2019	2018
Vendas e serviços prestados	343 007,48	366 437,53	57 362,62	32 961,80	35 957,93	17,05	43 868,98	21 641,62	120 106,47	1 021 361,48	946 119,36
Custo das vendas e dos serviços prestados	-487 804,04	-524 732,33	-98 577,83	-44 956,73	-53 570,66	0,00	-30 968,00	-12 219,10	-20 316,00	-1 273 144,69	-1 260 248,33
Resultado Bruto	-144 796,56	-158 294,80	-41 215,21	-11 994,93	-17 612,73	17,05	12 900,98	9 422,52	99 790,47	-251 783,21	-314 128,97
Outros Rendimentos	128 680,90	485 372,51	46 854,61	821,49	1 038,08	27 638,11	704,60	3 098,25	2 642,92	696 851,47	2 708 375,27
Gastos administrativos	-101 818,07	-125 070,23	-29 603,53	-14 775,50	-12 178,78	-18 041,27	-38 248,03	-29 895,95	-60 884,36	-430 515,72	-463 471,58
Outros Gastos	-5 973,00	-9 806,84	-1 261,80	-408,16	-443,55	-337,27	-543,40	-268,59	-2 038,25	-21 080,86	-33 151,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-123 906,73	192 200,64	-25 225,93	-26 357,10	-29 196,98	9 276,62	-25 185,85	-17 643,77	39 510,78	-6 528,32	1 897 623,58
Gastos de financiamento (líquidos)	-1 357,43	-2 330,01	-299,78	-96,96	-105,37	-80,14	-129,11	-63,82	-484,30	-4 946,92	-5 548,28
Resultado antes de impostos	-125 264,16	189 870,63	-25 525,71	-26 454,06	-29 302,35	9 196,48	-25 314,96	-17 707,59	39 026,48	-11 475,24	1 892 075,30
Resultado líquido do período	-125 264,16	189 870,63	-25 525,71	-26 454,06	-29 302,35	9 196,48	-25 314,96	-17 707,59	39 026,48	-11 475,24	1 892 075,30

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELO CONSELHO EXECUTIVO

FUNDAÇÃO COUTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 033 040,55	980 439,05
Pagamentos a fornecedores		-472 819,40	-422 052,78
Pagamentos ao pessoal		-788 771,09	-727 671,10
Caixa gerada pelas operações		-228 549,94	-169 284,83
Outros recebimentos/pagamentos		283 663,90	210 265,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		55 113,96	40 981,10
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-11 662,64	-135 675,81
Activos intangíveis		-627,30	-405,90
Investimentos financeiros		-1 118,01	-772,46
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		2 850,00	2 001 370,00
Investimentos financeiros		177,04	180,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-10 380,91	1 864 695,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		13 561,24	11 993,72
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-39 076,26	-54 549,45
Juros e gastos similares		-4 946,92	-5 548,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-30 461,94	-48 104,01
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 271,11	1 857 573,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 012 788,23	155 215,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	2 027 059,34	2 012 788,23

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELO CONSELHO EXECUTIVO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Ativos Intangíveis.....	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
7	Inventários	12
8	Rendimentos.....	12
9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	13
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
12	Outras divulgações.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Créditos a receber.....	14
12.3	Diferimentos	15
12.4	Outros ativos correntes	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.6	Fundos Patrimoniais	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
12.9	Outros passivos correntes	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.11	Fornecimentos e serviços externos	17
12.12	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	18
12.13	Outros rendimentos.....	18
12.14	Outros gastos.....	18
12.15	Resultados Financeiros	19
12.16	Provisões, passivos contingentes	19
12.17	Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	20
12.18	Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

A “Fundação Couto” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República, III Série de 05-08-1975, com sede na Av^a. da República, n.º.2223 – Vila Nova de Gaia - Porto. Tem por fim prestar assistência a crianças pobres ou remediadas, sem olhar a ideias políticas ou confessionais, ou a preconceitos de raça ou de cor das assistidas e seus familiares. A Fundação Couto poderá prosseguir, de modo secundário, outros fins ou atividades de natureza instrumental compatíveis com os fins definidos anteriormente e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo valor atribuído nas respectivas escrituras, valor da doação.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios	50
Benfeitorias e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 10
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 50

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Financiamentos obtidos

Os “Financiamentos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Financiamentos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A isenção referida não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, pelo que se considera que a instituição está sujeita a imposto quando presta serviços de hidroginástica, natação e outras atividades desportivas que não se enquadram no objeto social da instituição.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	Adições	Abate / Alien.	Correções	31/12/2019
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos	162 085,12				162 085,12
Edifício	6 424 592,08	167,25			6 424 759,33
Equipamento Básico	153 505,48	5 491,37	-21 796,00		137 200,85
Equipamento de Transporte	67 604,37				67 604,37
Equipamento Administrativo	127 867,93	1 562,06			129 429,99
Outros ativos fixos tangíveis	223 479,66				223 479,66
Ativo Tangível Bruto	7 159 134,64	7 220,68	-21 796,00	0,00	7 144 559,32
Depreciações Acumuladas					
Edifício	968 130,07	82 923,00			1 051 053,07
Equipamento Básico	122 922,60	7 831,04	-21 796,00		108 957,64
Equipamento de Transporte	67 604,37				67 604,37
Equipamento Administrativo	127 233,82	1 833,99		-0,04	129 067,77
Outros ativos fixos tangíveis	218 146,20	231,46			218 377,66
Depreciações Acumuladas	1 504 037,06	92 819,49	-21 796,00	-0,04	1 575 060,51
Ativo Tangível Líquido	5 655 097,58	-85 598,81	0,00	0,04	5 569 498,81

- Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

A instituição tem dois imóveis, um situado na rua de S. Crispim e outro situado na rua dos Polacos, que estão a servir de garantia ao financiamento concedido pelo Novo Banco em Dezembro de 2017, no valor de 200.000,00€.

- Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do activo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos – Não aplicável

- Não existem ativos fixos tangíveis revalorizados.

- Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se nas instalações da Fundação.

- Não existem quantias de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2018	Adições	Abate	31/12/2019
Programas de Computador	1 125,45	627,30		1 752,75
Outros ativos intangíveis	12 803,88			12 803,88
Ativo Intangível Bruto	13 929,33	627,30	0,00	14 556,63
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	1 125,45	627,30		1 752,75
Outros ativos intangíveis	12 803,88			12 803,88
Depreciações Acumuladas	13 929,33	627,30	0,00	14 556,63
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

- Nenhum ativo intangível foi gerado internamente;
- As vidas úteis são finitas;
- Os métodos de amortização usados foi o das quotas constantes;
- Não existem quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e nenhum ativo intangível foi dado como garantia de passivos;
- Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis;
- Não existem ativos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos Bancários:	24 897,02	193 588,09	218 485,11	28 994,28	215 005,85	244 000,13
Novo Banco Inovação III	18 994,10	144 137,67	163 131,77	22 103,01	159 647,05	181 750,06
Novo banco conta corrente caucionada	0,00	0,00	0,00	1 100,00	0,00	1 100,00
Montepio	5 902,92	49 450,42	55 353,34	5 791,27	55 358,80	61 150,07
Outros Financiamentos	0,00	7 750,00	7 750,00	0,00	7 750,00	7 750,00
Total	24 897,02	201 338,09	226 235,11	28 994,28	222 755,85	251 750,13

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2019			2018		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Novo Banco	18 618,29	3 512,87	22 131,16	18 249,94	3 886,34	22 136,28
Montepio	5 796,73	1 414,14	7 210,87	5 655,79	1 581,38	7 237,17
Outros financiamentos	13 561,24	19,91	13 581,15	19 750,00	17,04	19 767,04
Total	37 976,26	4 946,92	42 923,18	43 655,73	5 484,76	49 140,49

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2019	31-12-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 905,38	3 806,98
Mercadorias	3 841,70	0,00
Total	10 747,08	3 806,98

- Inventários e gastos do período

MOVIMENTOS	2019	2018
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existência Inicial	3 806,98	2 613,37
Compras	99 068,49	101 907,20
Regularização inventários (inclui donativos em espécie)	4 292,83	5 936,98
Existência Final	6 905,38	3 806,98
Gastos do Período	100 262,92	106 650,57
MOVIMENTOS	2019	2018
	Mercadorias	Mercadorias
Existência Inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularização inventários	5 232,40	0,00
Existência Final	3 841,70	0,00
Gastos do Período	1 390,70	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	101 653,62	106 650,57

8 Rendimentos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	2019	2018
Vendas e Prestações de Serviços	1 021 361,48	946 119,36
Vendas e Prestações de Serviços	2 961,72	0,00
Quotas do Utilizadores (Infância e Juventude) + Centro Desportivo	995 719,16	923 000,45
Serviços Secundários	22 680,60	23 118,91

Outros Rendimentos	34 039,23	2 017 297,28
Rendimentos em investimentos não financeiros - rendas	27 200,76	34 222,16
Rendimentos em investimentos não financeiros - alienações	2 850,00	1 979 106,34
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2,59	1,51
Correções relativas a períodos anteriores	155,76	581,24
Imputações de subsídios p/ investimentos	1 252,23	1 252,23
Outros	2 577,89	2 133,80
Juros de depósitos	1 878,09	141,92
Total	1 057 278,80	2 963 558,56

9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	Natureza	2019		2018	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	635 570,76	0,00	613 522,38
IEFP	Não Reembolsável	0,00	2 101,61	0,00	730,58
Ministério da Economia	Não Reembolsável	1 252,25	1 252,23	2 504,48	1 252,23
Total		1 252,25	638 924,60	2 504,48	615 505,19

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2019, foram de 3.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 e em 2019 foi de, respetivamente, 70 e 70.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	893 877,94	917 040,73
Indemnizações	51 278,47	2 103,04
Encargos sobre as Remunerações	196 300,14	202 599,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 203,35	8 309,96
Outros Gastos com o Pessoal	6 633,95	5 176,06
Iefp – Estágios e Cei	7 363,36	4 250,60
Total	1 162 657,21	1 139 479,78

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho Executivo informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	2 792,68	1 825,29
Total	2 792,68	1 825,29

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Cientes e Utentes c/c	23 472,54	16 155,14
Clientes (Inquilinos e outros)	731,02	193,45
Utentes	22 741,52	15 961,69
Dividas de Cobrança Duvidosa	27 404,24	24 300,26
Utentes	27 404,24	24 300,26
Perdas por imparidade acumuladas	-27 404,24	-24 300,26
Utentes	-27 404,24	-24 300,26
Total	23 472,54	16 155,14

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4 386,47	955,01
Outros gastos a reconhecer	269,07	176,82
Total	4 655,54	1 131,83
Rendimentos a Reconhecer		
Iefp – Ceí’s	6 207,79	3 602,76
Mensalidades	30 228,27	16 139,87
Rendas	1 984,95	1 392,93
Total	38 421,01	21 135,56

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresentava, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Fornecedores (saldos devedores)	934,96	5 074,70
Fornecedores de investimento (saldo devedor)	0,00	3 761,65
Devedores por acréscimos de rendimentos	587,23	3 981,92
Estado e outros Entes Públicos		
IGEPE – Compensação educadoras	46 430,16	35 319,36
IEFP	7 228,57	3 602,76
Outros Devedores	725,96	50,00
Outros Devedores de cobrança duvidosa	14 077,52	14 077,52
Perdas por imparidade acumuladas	-14 077,52	-14 077,52
Total	55 906,88	51 790,39

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	163,90	72,07
Depósitos à ordem	1 505 395,44	1 705 216,16
Depósitos a prazo	521 500,00	307 500,00
Total	2 027 059,34	2 012 788,23

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 113 185,53			1 113 185,53
Resultados transitados	3 520 005,92	1 892 075,30		5 412 081,22
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	653 509,55		1 252,23	652 257,32
Total	5 286 701,00	1 892 075,30	1 252,23	7 177 524,07

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é apresentada os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	41 662,01	55 169,38
Total	41 662,01	55 169,38

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
ATIVO		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	42,58	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 254,13	27 252,71
Total	3 296,71	27 252,71

PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 050,34	14 062,84
Imposto sobre o Valor Acresc. (IVA)	0,00	4 525,28
Segurança Social	21 508,97	39 645,56
Tributos das autarquias locais	0,00	5 407,84
Fundos de Compensação do Trabalho	124,14	98,85
Total	29 683,45	63 740,37

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes”, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
	Corrente	Corrente
Inquilinos (pagamentos em excesso)	431,60	827,00
Adiantamentos de utentes	30 043,21	8 995,76
Pessoal	1 870,13	1 099,66
Fornecedores de Investimentos	0,00	7 549,83
Credores por acréscimo de gastos	161 106,53	174 184,85
Outros credores	1 927,70	6 619,31
Total	195 379,17	199 276,41

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	637 672,37	614 252,96
Doações (donativos dinheiro e espécie)	22 161,78	39 410,52
Total	659 834,15	653 663,48

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	8 833,86	14 117,98
Serviços especializados	155 727,26	154 546,56
Materiais	13 415,98	14 617,74
Energia e fluidos	70 684,63	74 311,55
Deslocações, estadas e transportes	34 381,61	25 507,42
Serviços diversos	54 934,36	51 795,61
Encargos com utentes	3 601,11	3 155,60
Total	341 578,81	338 052,46

12.12 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Os movimentos líquidos reconhecidos nos períodos de 2019 e de 2018, referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber, são apresentados no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por imparidade		Utilizações / Reversões		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dívidas a receber						
Clientes	0,00	0,00	0,00	37 272,59	0,00	37 272,59
Utentes	4 203,98	8 222,59	1 100,00	0,00	-3 103,98	-8 222,59
Total	4 203,98	8 222,59	1 100,00	37 272,59	-3 103,98	29 050,00

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Descontos pronto pagamento	0,08	8,40
Rendimentos ativos financeiros	2,59	1,51
Rendimentos ativos não financeiros	30 050,76	2 013 328,50
Correções períodos anteriores	155,76	581,24
Imputação subsídios para investimento	1 252,23	1 252,23
Outros não especificados	2 577,81	2 125,40
Juros de depósitos	1 878,09	141,92
Total	35 917,32	2 017 439,20

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	11 538,51	11 303,75
Dívidas incobráveis (utentes)	120,00	40 374,34
Gastos em investimentos financeiros	1,03	1,36
Gastos em investimentos não financeiros (alienações)	0,00	15 946,96
Correções períodos anteriores	7 922,81	5 313,95
Quotizações	498,00	498,00
Outros Gastos	1 120,51	87,12
Total	21 200,86	73 525,48

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 946,92	5 484,76
Outros gastos de financiamento	0,00	63,52
Total	4 946,92	5 548,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 878,09	141,92
Total	1 878,09	141,92
Resultados Financeiros	-3 068,83	-5 406,36

12.16 Provisões, passivos contingentes

Em 2019, a Fundação Couto recebeu a decisão definitiva de absolvição do Tribunal da Relação do Porto, no processo interposto contra a Fundação Couto por Márcia Isabel Sampaio Ribeiro Ferreira de Abreu, psicóloga, avençada da Fundação Couto que correu os seus termos sob o nº227/18. 9T8MTS. Essa decisão, já transitada em julgado, absolveu a Fundação Couto integralmente do pedido, nada sendo devido à autora da ação a nenhum título, estando assim o processo totalmente encerrado.

No seguimento de uma ação Inspetiva levada a cabo pelos serviços de Fiscalização do Centro Distrital da Segurança social do Porto, em 27/12/2018 entenderam estes serviços que a Fundação Couto se encontrava em contravenção da legislação aplicável, porquanto tinha em funcionamento uma creche destinada a 74 utentes sem a autorização de funcionamento por parte da Segurança Social e bem assim, que no entender daquele serviço de

fiscalização faltavam 3 animadores sociais a 100% no quadro de pessoal afeto ao Centro de Atividades de tempos livres.

Em 2019, a Fundação Couto foi notificada, pelos serviços da segurança social de duas contraordenações numa fase Administrativa, para pagar duas coimas, uma no valor de €10.000,00 por falta da autorização de funcionamento, e outra de €2.500,00 por inexistência de pessoal com a categoria profissional adequada à atividade desenvolvida.

A Fundação contestou os processos a arrolou testemunhas, sendo que só após ser devidamente valorada a nossa contestação e ponderado o depoimento das nossas testemunhas, poderá a Segurança social tomar uma decisão, que será recorrível para o Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia.

Pelo que, caso a segurança social mantenha a decisão de aplicar as coimas, a Fundação Couto irá recorrer até às Instâncias Judiciais, no sentido de ver as coimas anuladas, ou caso assim não se entenda, reduzidas.

O Conselho executivo considera que nos casos supracitados não terá de pagar qualquer montante, motivo pelo qual foi reconhecida qualquer provisão.

12.17 Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes e de pessoas ao serviço da instituição repartido por resposta social, durante o ano de 2019, foi o seguinte:

Resposta Social	Nº. Médio Utentes	Nº. Médio Funcionários
Creche	149	31
Estabelecimento de educação pré-escolar	206	27
CATL - c/ extensão de horário c/ almoço	50	5
Salas Atividades Sócio-Educativas 2 e 3	31	3
Salas Atividades Sócio-Educativas 1	40	3
Centro Desportivo	102	1
Total	578	70

Conforme Artigo 66.º-A - Anexo às contas, n.º 2 os honorários do revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, para o exercício de 2019 foram de 1.200,00 euros.

No seguimento de uma estratégia, há muito, delineada pela Fundação Couto-IPSS de alargar o seu âmbito de ação à terceira idade, população que atenta o aumento da esperança média de vida a par com um aumento crescente das doenças degenerativas e existirem grandes falhas de cobertura especialmente para idosos mais carenciados, que só poderão encontrar apoio no sector social e solidário, foi adquirido em 2001 um terreno para a construção de uma ERPI e Centro de dia . Após uma primeira tentativa de construir o lar de terceira idade, no âmbito do projeto PARES I, com financiamento a fundo perdido, que não foi viabilizado, a construção foi adiada *sine dia* por falta de capacidade económica da Instituição.

Contudo no ano de 2018 foi deliberado retomar esse eixo estratégico, e considerando que o prédio propriedade da Fundação Couto na Rua Duque de Loulé, no Porto, junto à Sé se encontrava num péssimo estado de conservação a ameaçar até a ruína das varandas, tendo o Município do Porto instado a Fundação Couto a fazer obras de requalificação, que a Fundação Couto nunca poderia custear, atentas as consabidas dificuldade económicas, que tem sentido nos últimos anos, e considerando ainda, o aumento do valor do imobiliário no centro da cidade, foi decidido vender o imóvel em causa, com o único propósito de avançar com a construção de uma Estrutura Residencial para Idosos no terreno adquirido pela Fundação Couto para o efeito.

A venda foi formalizada em 02/11/2018, com a entidade que apresentou a melhor proposta. A Fundinvest-Fundo de investimento imobiliário fechado, propôs a compra do imóvel no estado em que o mesmo se encontrava, pelo preço de dois milhões de euros.

Foi, igualmente deliberado, pelo conselho de Administração desta Instituição de solidariedade social, que a receita proveniente da venda do imóvel em causa seria exclusiva e totalmente afeta à construção da estrutura residencial para idosos (ERPI), não podendo lhe ser dado outro fim.

Pelo que o superavit das contas da Fundação Couto, no ano de 2018 deve-se, exclusivamente, à receita extraordinária proveniente da venda do Património desta Instituição de Solidariedade Social, cuja afetação ficou desde logo destinada ao reinvestimento em património, nomeadamente como supra se disse na construção de uma ERPI, com vista a alargar o âmbito de social desta IPSS, à terceira idade do Concelho de Vila Nova de Gaia e concelhos limítrofes, não podendo ter outro destino nomeadamente para cumprimento outros gastos correntes da Instituição.

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Em 11 de Março de 2020 a Organização Mundial da Saúde classificou como Pandemia, o surto do Covid-19 que se alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de Março de 2020.

No dia 16 de Março de 2020, por determinação legislativa, a Instituição viu as suas atividades letivas e não letivas presenciais, suspensas, em resultado do determinado no art.º 9 do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13-03.

Consequentemente, perante esta situação e para minimizar o impacto na sua situação económico-financeira, a instituição não teve alternativa senão recorrer aos apoios concedidos pela segurança social, nomeadamente ao layoff simplificado, na modalidade de suspensão do contrato de trabalho do pessoal de apoio à infância, a partir de 1 de Abril de 2020 e na de redução do horário de trabalho em duas horas diárias para as educadoras.

Faseadamente e desde 18 de Maio, a instituição tem vindo a retomar as suas atividades, seguindo as orientações emanadas pelo Governo e pela DGS e levantando o layoff aos seus colaboradores à medida que são levantadas as restrições às suas respostas sociais.

Esta situação, sem precedentes históricos recentes, confere um elevado grau de desconhecimento e incerteza relativamente ao impacto económico futuro, no entanto, não se considera que está em causa a continuidade da atividade da instituição mesmo porque a instituição apresenta uma situação económico-financeira estável suficiente para superar as dificuldades sentidas.

Não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

V.N. Gaia, 26 de Junho de 2020

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELO CONSELHO EXECUTIVO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO COUTO

Introdução

1. Nos termos da legislação em vigor e no âmbito das funções que nos são cometidas, apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora e o Parecer sobre o Relatório e Contas da **FUNDAÇÃO COUTO**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2019.

Relatório

2. Durante o exercício desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a direção da Fundação.
3. No âmbito das atribuições que nos são fixadas pela Lei e Estatutos, acompanhamos a atividade da Fundação, através da análise das suas contas, dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho Executivo e os Serviços, os quais nos facultaram todos os elementos e esclarecimentos solicitados.
4. A Revisora Oficial de Contas da Entidade, emitiu igualmente para este período a certificação legal das contas sem reservas mas com uma ênfase.

Parecer

5. Em face do exposto no Relatório, considerando que os documentos de prestação de contas satisfazem as disposições legais e estatutárias e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da Lei e dos Estatutos, somos de parecer que o Conselho de Administração da Fundação:
 - a) Aprove o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - b) Proceda à apreciação geral do Conselho Executivo e fiscalização da Fundação Couto.
6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Fundação toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Vila Nova de Gaia, 29 de Junho de 2020.

ORIGINAL DO DOCUMENTO ASSINADO PELOS MEMBROS DO C.F.